



PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

Mestrado Profissional em Direito, Justiça e Impactos Econômicos:

Projeto de Pesquisa: **"ATIVIDADE NOTARIAL E REGISTRAL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A SEGURANÇA JURÍDICA NO BRASIL"**

O Centro de Estudos de Direito Econômico e Social – CEDES instituiu, no âmbito de seu programa de Pós-Graduação “*Stricto Sensu*” (Mestrado Profissional), um novo projeto de pesquisa intitulado “*Atividade Notarial e Registral e sua Contribuição para a Segurança Jurídica no Brasil*” que permite estudos direcionados a profissionais que atuam ou desejam atuar na área notarial e de registros públicos, vinculado à linha de pesquisa “Solução de conflitos, previsibilidade e impactos econômicos”.

O objetivo desse projeto é permitir o conhecimento aprofundado, em nível de Mestrado, do sistema de registros públicos (imóveis, registro civil, protestos, entre outros).

O supracitado projeto de pesquisa **"Atividade Notarial e Registral: Segurança Jurídica"** permite ao pós-graduando explorar diversas facetas da atuação de notários e registradores em garantir a segurança jurídica, prevenir fraudes e litígios, e promover a eficiência e transparência nas relações jurídicas, além de incluir estudos relacionados aos temas: Princípios e normas de Direito Notarial, Organização e funcionamento dos Cartórios, Registro Civil e Registro de Imóveis, Direito de Família e Sucessões no contexto notarial, Regularização fundiária e Prática notarial e registral.

INFORMAÇÕES GERAIS/QUADRO RESUMO:

- O prazo de inscrição está aberto e encerrar-se-á em 29 de novembro de 2024, podendo ser prorrogado.
- Para inscrever-se, deverá o candidato encaminhar cópia de seu currículo (podendo ser o lattes), ficha de inscrição devidamente preenchida e cópia de documento que comprove a conclusão do bacharelado em Direito.
- Os documentos deverão ser encaminhados para o CEDES por meio do endereço eletrônico: mestrado@cedes.org.br
- O candidato deverá submeter-se ao processo seletivo para ingresso na pós-graduação que consistirá em análise curricular e entrevista com comissão presidida pelo coordenador do programa.
- No decorrer do curso, o candidato deverá inscrever-se no exame de proficiência em língua estrangeira (espanhol, italiano, inglês, francês ou alemão). Tal exame consistirá na tradução de texto jurídico, podendo utilizar-se de dicionário convencional.



CENTRO DE ESTUDOS DE DIREITO ECONÔMICO E SOCIAL - CEDES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO PROFISSIONAL EM DIREITO RECOMENDADO PELA CAPES



- Após a aprovação no processo seletivo, o candidato poderá matricular-se na pós-graduação. As matrículas serão aceitas até 13 de dezembro de 2024. Para tanto, deverá depositar o valor relativo à primeira parcela na conta corrente do Centro de Estudos de Direito Econômico e Social – CNPJ. 11.885.645.0001-75. Banco: Santander, agência n.º 2271, conta corrente n.º 13.003.773-2, encaminhando o comprovante para o e-mail mestrado@cedes.org.br
- O investimento no curso é de vinte e quatro parcelas de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), totalizando R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).
- Ao ingressar na pós-graduação, o Mestrando deverá cursar as 4 disciplinas obrigatórias do Mestrado, além da disciplina específica “*Princípios e fundamentos da atividade Notarial e Registral e sua Contribuição para a Segurança Jurídica no Brasil.*”. São disciplinas obrigatórias:
 - METODOLOGIA DE PESQUISA: ESTUDOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS (Como fazer pesquisa em Direito?)
 - O DIREITO COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA ECONÔMICA
 - ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO E IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO
 - DEFESA DA CONCORRÊNCIA E REGULAÇÃO NO BRASIL
- O respectivo curso terá duração mínima de 12 meses e máxima de 24 meses. O mestrando deverá dar início à elaboração do projeto de dissertação, sob a orientação de professor doutor, no ato de sua matrícula. Tal dissertação deverá ser apresentada em banca pública composta por três docentes, sendo dois docentes pertencentes ao quadro do CEDES e um convidado externo.
- Início das aulas: 17 de janeiro de 2025.
- Informações: mestrado@cedes.org.br ou (11) 23092279 ou via *WhatsApp* (11) 97958.3737
- Não há cursos plenos de graduação à distância em Direito, contudo a Área do Direito na CAPES tem incentivado a adoção de metodologias ativas de ensino e aprendizagem, as quais se integram também a mecanismos de transmissão de conhecimento por meios virtuais, sem alterar a natureza do curso – que é presencial.

EMENTA DA LINHA DE PESQUISA:

A segurança jurídica é um princípio fundamental para a estabilidade das relações sociais e econômicas. A atividade notarial e registral desempenha papel essencial em tal contexto. No Brasil, esse sistema contribui para a redução de conflitos e para a garantia da validade e autenticidade dos atos jurídicos, assegurando a proteção dos direitos patrimoniais e pessoais dos cidadãos. Estudar essa atuação é crucial para entender como o sistema pode ser aprimorado e adaptado às necessidades contemporâneas.

OBJETIVO GERAL:

Analisar de que forma a atividade notarial e registral contribui para a promoção da segurança jurídica no Brasil, identificando os desafios, limites e oportunidades de aprimoramento desse sistema.



RELEVÂNCIA E IMPACTOS SÓCIO-ECONÔMICOS:

Esse projeto de pesquisa pode ter um impacto significativo na modernização e melhoria do sistema notarial e registral brasileiro, aprimorando a segurança jurídica e contribuindo para a redução de fraudes e litígios. O estudo pode também gerar insights para políticas públicas voltadas à desburocratização e aumento da eficiência dos serviços cartorários.

EDITAL N.º 01/2025 - PROCESSO SELETIVO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* MESTRADO PROFISSIONAL RECOMENDADO PELA CAPES

PORTARIA MINISTERIAL n.º 576/20, publicada no D.O.U. de 09 de julho de 2020

Área de concentração: Direito, Justiça e Impactos na Economia

O Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* do Centro de Estudos de Direito Econômico e Social (CEDES) torna público o edital de processo seletivo para ingresso no **Mestrado Profissional**.

1. INSCRIÇÕES PARA PROCESSO SELETIVO

1.1 As inscrições para o processo seletivo do programa de pós-graduação *stricto sensu* poderão ser feitas **eletronicamente, por meio do preenchimento e envio da ficha de inscrição (anexo 1), para o e-mail mestrado@cedes.org.br**.

1.2 As inscrições para o Programa de Mestrado deverão ser realizadas por meio do:

- i. preenchimento e assinatura do formulário de inscrição (anexo 1);
- ii. encaminhamento de cópia de documentos pessoais e do diploma de graduação ou certificado de conclusão de ensino superior;
- iii. envio de arquivo do currículo atualizado.

2. EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL

O exame de seleção para o programa de pós-graduação *stricto sensu*, mestrado, compreende entrevista pela “Comissão de Seleção”, que atribuirá nota 0 (zero) a 10 (dez). Durante a entrevista, a Comissão de Seleção:

- i. apresentará o programa, a área de concentração, as linhas de pesquisa e as disciplinas, além de planejamento acadêmico do Programa;



- ii. avaliará a cultura jurídico-econômica do (a) candidato(a) e a carreira profissional, bem como
- iii. seu potencial para desenvolver pesquisas e estudos;
- iv. orientará o (a) candidato (a) a respeito da apresentação do projeto de pesquisa que deverá ocorrer no primeiro semestre do programa, no âmbito das aulas da disciplina: (i) Metodologia da Pesquisa Científica
- v. alertará para a essencialidade de o (a) candidato (a) atentar-se para a aderência do trabalho à área de concentração e a uma das linhas de pesquisa do Programa. Após essa etapa, a coordenação, conjuntamente com o (a) mestrando (a), escolherá seu(sua) orientador(a).

3. COMISSÃO DE SELEÇÃO

Participam da comissão de seleção 3 docentes e um docente convidado.

4. PROFICIÊNCIA EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

A proficiência em 01 (uma) língua estrangeira é requisito para o ingresso em Programa de Mestrado, devendo tal comprovação ser efetuada durante o curso junto à Comissão de Seleção.

5. ALUNOS ESPECIAIS

Candidatos que alcançaram a classificação necessária, mas não ingressaram no Programa de Mestrado em razão de número de vagas, poderão ser aceitos pela Comissão de Seleção para participar das respectivas aulas como alunos especiais.

6. INVESTIMENTO

O investimento para o Programa de Mestrado poderá ser pago em até 24 parcelas mensais.

7. CALENDÁRIO

- i. O resultado e convocação dos aprovados será publicado no site do CEDES.
- ii. As matrículas deverão ser efetuadas, virtualmente, no período determinado pela Comissão de Seleção;
- iii. As atividades constam do calendário acadêmico a ser disponibilizado.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

- i. O Programa de Mestrado deverá ser concluído no **período de 12 (doze) a 24 (vinte e quatro) meses**, devendo o aluno (a) matricular-se a cada semestre. Poderá ser requerida prorrogação de prazo, mediante aprovação da Coordenação do Programa, não podendo ultrapassar 3 meses. Após esse período, o CEDES passará a cobrar, mensalmente, o valor da mensalidade – até que



CENTRO DE ESTUDOS DE DIREITO ECONÔMICO E SOCIAL - CEDES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO PROFISSIONAL EM DIREITO RECOMENDADO PELA CAPES



seja defendido a dissertação.

- ii. Os casos omissos neste edital serão deliberados pela Comissão de Pós-Graduação do CEDES;
- iii. A estrutura curricular e o corpo docente do programa poderão ser encontrados no site cedes.org.br. (e no anexo)
- iv. As aulas presenciais terão início de acordo com o calendário divulgado pela coordenação de pós-graduação.

São Paulo, outubro de 2024

JOÃO GRANDINO RODAS

Coordenador do Programa de Mestrado. Presidente do Centro de Estudos Econômicos e Sociais - CEDES. Professor Titular da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - USP. Juiz do Tribunal Administrativo do Sistema Econômico Latino-Americano do Caribe - SELA (2000/2019). Reitor da Universidade de São Paulo (2010/2014). Diretor da Faculdade de Direito da USP (2006/2010). Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE (2000/2004). Membro Titular do Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul (2004/2010), tendo sido seu presidente (2007/2008). Membro Da Comissão Jurídica Interamericana da OEA - CJI, (1996/2006), de que foi presidente (2000/2002). Chefe da Consultoria Jurídica do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (1993/1998). Desembargador-Federal aposentado do Tribunal Federal da 3ª Região. Ex-Juiz Federal. Ex-Juiz do Trabalho. Livre-Docente e Doutor em Direito (USP). Master of Laws (Harvard Law School). Mestre em Diplomacia (The Fletcher School). Mestre em Ciências Político-Econômicas (Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra). Bacharel em Direito (Faculdade de Direito da USP). Licenciado e Bacharel em Educação (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP). Licenciado e Bacharel em Letras, Português e Francês (Faculdade de Filosofia Nossa Senhora Medianeira dos Padres Jesuítas). Advogado (OAB/SP 23.969). Economista (CORECON N.º 35.000).



(Anexo I)

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO PARA O MESTRADO PROFISSIONAL

Pelo presente, venho requerer a inscrição no programa de mestrado profissional em Direito, Justiça e Impactos na Economia – linha de pesquisa

Nome: _____

Data de nascimento: _____

RG (nº/órgão emissor): _____ CPF: _____

Naturalidade: _____ Estado Civil: _____

Endereço: _____

Nº ____ Apto. __ Bairro: _____

CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____

E-mails: _____

Tel.: (Celular) _____ (Res.) _____ (Com.) _____

Descrever a atividade profissional:

São Paulo, _____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do(a) candidato(a)



(Anexo II)

RESUMO DA MATRIZ CURRICULAR

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: “DIREITO, JUSTIÇA E IMPACTOS NA ECONOMIA”			
DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS (60 HORAS/AULA POR DISCIPLINA)			
METODOLOGIA DE PESQUISA: ESTUDOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS (Como fazer pesquisa em Direito?)	O DIREITO COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA ECONÔMICA	ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO E IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO	DEFESA DA CONCORRÊNCIA E REGULAÇÃO NO BRASIL
PROJETO DE PESQUISA “Atividade Notarial e Registral e sua Contribuição para a Segurança Jurídica no Brasil”			
<p><u>Disciplina específica “Princípios e fundamentos da atividade Notarial e Registral e sua Contribuição para a Segurança Jurídica no Brasil”.</u></p> <ol style="list-style-type: none">1. Explorar os princípios fundamentais da atividade notarial e registral: Analisar como os princípios da legalidade, publicidade, autenticidade, especialidade e continuidade operam para garantir a segurança jurídica.2. Estudar a relação entre o sistema notarial/registral e a prevenção de fraudes e litígios: Avaliar como a formalização e registro de atos evitam disputas judiciais e asseguram direitos de forma célere e eficiente.3. Investigar a modernização dos serviços notariais e registrais no contexto digital: Avaliar o impacto das novas tecnologias e da digitalização no aumento da segurança e acessibilidade do sistema.4. Analisar a atuação extrajudicial e seus benefícios em termos de eficiência e economia processual: Verificar a importância de soluções extrajudiciais, como divórcios, inventários e regularizações fundiárias, como ferramentas de agilidade e desburocratização do Judiciário.5. Comparar o sistema brasileiro de registros públicos e notariais com outros sistemas internacionais: Realizar um estudo comparado para identificar melhores práticas e inovações que possam ser			



aplicadas no Brasil.

Disciplina: Registros Públicos e Notarial (Carga Horária: 60 horas)

Introdução ao Direito Notarial e Registral (5 horas)

Aula 1: Conceito e Importância dos Registros Públicos. Histórico e Evolução do Notariado. Estrutura dos Cartórios no Brasil. Princípios Gerais do Direito Registral.

Registro de Imóveis (15 horas)

Aula 2: Funcionamento do Registro de Imóveis

Matrícula e Averbação.

Aula 3: Direitos Reais e a Importância do Registro

Aula 4: Casos Práticos: Análise de Documentos e Registro

Registro Civil (15 horas)

Aula 5: Registro de Nascimento, Casamento e Óbito

Alterações e Retificações no Registro Civil

Aula 6: Efeitos Jurídicos do Registro Civil

Aula 7: Casos Práticos: Registro Civil e suas Implicações

Notariado (15 horas)

Aula 8: Função do Notário e Lavratura de Atos Notariais

Escrituras Públicas: Tipos e Finalidades

Aula 9: Poderes e Limitações do Notário

Aula 10: Ética e Responsabilidade no Exercício da Função Notarial

Aspectos Práticos e Éticos (5 horas)

Aula 11: Ética Profissional no Notariado e Registro. Práticas de Gestão de Cartórios, O Papel dos Cartórios na Segurança Jurídica. Análise de Casos Éticos e Desafios da Profissão

Tendências e Inovações (5 horas)

Aula 12: Digitalização e Inovações Tecnológicas nos Registros. O Futuro do Notariado e Registro Público no Brasil (sugestões e debates)

ATIVIDADES COMPLEMENTARES: 40 HORAS